



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Lopes, Marcos Antônio

Lucien Febvre reformador: notas em torno de O problema da descrença no século XVI
História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,

vol. 5, núm. 10, diciembre, 2012, pp. 229-246

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769698014>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Lucien Febvre reformador: notas em torno de O problema da descrença no século XVI*

Lucien Febvre as a Reformer: notes on *The Problem of Unbelief in the 16th Century*

Marcos Antônio Lopes

marcos.lopes@pq.cnpq.br

Professor adjunto

Universidade Estadual de Londrina

Rua Amélia Tartuce Nasser, 784/304 - Jardim da Penha

29060-110 - Vitória - ES

Brasil

Resumo

O presente texto tem por propósito apresentar aspectos do processo de produção do clássico *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle: la religion de Rabelais*, de autoria de Lucien Febvre. Em sentido complementar, discutem-se as respostas que o autor deu (em termos de apontar falhas e deficiências) e as alternativas que ofereceu (em termos de criação e utilização de conceitos), as maneiras consagradas de se conceber e de se escrever a história nos meados do século XX. São aspectos em relação aos quais o livro em tela é especialmente revelador, mormente quando se trata das especificidades linguísticas da literatura quinhentista. Para além da análise dos princípios da teoria interpretativa firmada por Febvre, e dos efeitos de renovação exercidos por sua obra, no plano do pensamento histórico contemporâneo, pretende-se demonstrar que o livro não está morto, e que continua a alimentar o interesse de leitores na atualidade.

229

Palavras-chave

Anacronismo; Historiografia do século XX; Linguagem.

Abstract

This text has the aim of discussing aspects of the intellectual process that resulted in Lucien Febvre's classical book *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle: la religion de Rabelais*. It makes a supplementary discussion of the answers presented by the author (in terms of pointing out to flaws and weaknesses) and the alternatives that he offered (in terms of creation and usage of concepts) as the established ways of conceiving and writing history in the mid-twentieth century. The book is particularly revealing in relation to these aspects, especially when it comes to the specificities of language in the sixteenth-century literature. Beyond analyzing the principles of Febvre's interpretative theory and the book's impact on contemporary historical thought, this text intends to demonstrate that the work not only is not dead, but it is still extremely up-to-date.

Keywords

Anachronism; 20th Century Historiography; Language.

Enviado em: 18/4/2012

Aprovado em: 12/6/2012

* Pesquisador do CNPq (Bolsista Produtividade em Pesquisa). O presente texto foi desenvolvido em meio às atividades de estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Sou grato à professora Adriana Pereira Campos pela leitura crítica do texto.

Contra Rabelais um processo é aberto. Um processo de ateísmo e de anticristianismo. [...] é, no domínio das ideias, munir Diógenes de um guarda-chuva e Marte de uma metralhadora.

Lucien Febvre

A ideia da onipotência absoluta, sem limites, sem reservas, da Divindade, é a que exprimem sem dúvida mais vigorosamente, e com mais frequência, não apenas os heróis de Rabelais, mas também, nas publicações em que fala em seu nome, diretamente, o próprio François Rabelais.

Lucien Febvre

Um grande livro de história completou, no início de 2012, setenta anos. Trata-se certamente de um dos clássicos de maior reputação da historiografia contemporânea. O título em questão já foi classificado por alguns como um dos monumentos da corrente historiográfica francesa Escola dos Annales, juntamente com *Les rois thaumaturges*, de Marc Bloch. Com efeito, *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle: la religion de Rabelais*, obteve reconhecimento desde o seu lançamento, em 1942. De lá para cá o livro é sempre lembrado e citado de modo recorrente por grandes historiadores ao redor do mundo, seja para referendar seja para rebater os argumentos de seu autor. A relativamente recente edição brasileira da obra parece reafirmar os seus contornos de texto canônico. A propósito do aniversário de setenta anos da obra de Lucien Febvre, aproveito para discorrer sobre alguns aspectos de seu livro justamente reputado internacionalmente por ter trazido muitas contribuições centrais ao pensamento histórico contemporâneo.

230

“Banco de ideias”

Os analistas do pensamento histórico de Lucien Febvre (1878-1956) dificilmente deixam de assinalar o espantoso volume de sua obra, concebida e produzida ao longo de aproximadamente sessenta anos de intensa atividade intelectual, fosse como o crítico de livros e de ideias de história, devido ao papel de principal animador de sua famosa revista e assíduo frequentador de outros periódicos, fosse ainda por sua condição de autor de textos importantes. Esse é bem o caso dos livros que publicou durante a Segunda Guerra Mundial, entre os quais a sua obra-prima *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle*, “[...] o fruto precioso e raro, de um trabalho de dez anos” (BERR 2009, p. 21). Apenas o corpo central de seus textos, ou seja, seus livros, por ora beira os vinte títulos. Cito o primeiro e o último, apenas para pontuar que, em seu país, as publicações do historiador abrangem quase um século: *La Franche-Comté* (1905) e *L'Europe: genèse d'une civilisation* (1999). Além de dois títulos póstumos (1957 e 1962), há entre os livros de Febvre um que não foi escrito por ele (caso da homenagem feita por Henry-Jean Martin, em 1958), e outros três que sequer chegaram a ser concebidos, posto que resultam de notas de cursos.¹ Os que escrevem sobre Lucien Febvre quase nunca deixam de assinalar também a diversificação de seus interesses intelectuais, diversificação em parte responsável por garantir ao seu pensamento histórico o *status* de uma reflexão sempre instigante e ousada, apesar de suas características mutantes, mas que conseguiram manter

¹ Para uma relação completa dos livros do autor, ver: AVELAR; LOPES (2013).

alguns traços ainda bem preservados de atualidade. Livros que fizeram época na historiografia francesa e mundial, e que persistem exercendo influência sobre os cultores da história – como *Le problème de l'incroyance au XVIème siècle: la religion de Rabelais* (1942) –, ainda são convites a redimensionar a força criadora de seu pensamento, no quadro mais amplo da historiografia contemporânea. Para muitos, este é o seu principal trabalho, culminação de uma maturidade intelectual, que lhe chega ao ponto máximo nos anos 1940.²

É comum deparar-se com o juízo de que o conjunto de textos deixado por Febvre ainda não foi objeto de um estudo exaustivo. Uma tal investigação é dificultada pelo fato de, por vezes, emergirem materiais desaparecidos como, por exemplo, o volume de anotações descoberto no castelo de Alexis de Tocqueville, e que deu origem ao livro inacabado *Honra e pátria*. Trata-se das notas de um curso desenvolvido no Collège de France nos anos 1945-1946 e 1947, descobertas junto aos arquivos pertencentes a Fernand Braudel, e que estavam desaparecidas desde o ano de 1966. Para Charles Morazé, colaborador direto de Febvre, “A duração de uma geração, quase duas, transcorreu entre o momento do descuido e do reencontro” (MORAZÉ 1998, p. 7). Como projeto de livro, *Honra e pátria* pairou por cerca de dez anos nas mãos de seu autor, que não o concluiu (cf. CHARMASSON; MAZON 1998, p. 13). Entre os materiais “emergentes” há ainda o curso “Michelet e a Renascença”, desenvolvido por Febvre entre dezembro de 1942 e abril de 1943, e editado por Paule Braudel com título homônimo, em 1992 (FEBVRE 1992; 1995). Decerto que a natureza fragmentada de seus estudos numerosos embaraça ainda mais o intento de uma análise exaustiva do pensamento histórico de Febvre, por dificultar a identificação dos traços de unidade de suas reflexões em tantas peças dispersas. Contudo, esses traços de unidade ficam evidentes quando se lança o foco sobre o século XVI, século no qual o historiador francês desejou transitar com o vagar do especialista, o que lhe permitiu meditar e compor os seus trabalhos centrais, o *Luther* e o *Rabelais* à frente.

De mais a mais ele é sempre apontado como o historiador que, por seus princípios teóricos afirmados ao longo de várias décadas em defesa de um novo gênero de história, exerceu na França a maior influência individual aparente que um intelectual pode exercer ao longo de sua vida. Uma usina de planos de trabalho ou, como definiu Braudel, um “banco de ideias”. Na avaliação de Jacques Revel: “Ele é, com efeito, em sua geração, o historiador [...] cuja influência mensurável foi a mais imediatamente perceptível sobre as duas gerações de historiadores que o seguiram” (REVEL 1993, p. 531). Ora, tamanha condição alça-o à dignidade de oráculo sagrado dos estudos históricos por um período não inferior a meio século de intensas discussões e avanços, o que certamente não é pouco. Uma envergadura tendente ao gigantismo qualifica-o com toda justiça à categoria de autor clássico, o que parece ser reconhecido ontem e hoje, por sua presença em todas as coletâneas importantes de vultos renomados de seu campo, sem falar em seu nome como verbetes inumeráveis em dicionários e obras do gênero.³

231

² “The thrust of Febvre’s doctoral research, the reviewing he had been doing since before World War I, the *Luther* book, the content of courses given in Strasbourg and Paris, as well as of occasional lectures, all of these concerns and activities fed into *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle: la religion de Rabelais*” (KIRSOP 2010, p. 229).

³ Para apenas dois bons exemplos, cf.: BRIGGS 1990, p. 368; ROBERT 1997, p. 720.

Virtudes do anacronismo

Em *Combats pour l'histoire* figuram os canhoneios de Lucien Febvre contra Seignobos, contra Spengler e Toynbee, e contra mais uma série de outros praticantes da “má história”. A propósito dos disparos desse maníaco por armas de fogo, não se pode passar ao largo dos projéteis que arremessou contra os impenitentes de seu tempo, que ousaram praticar história introduzindo nela objetos estranhos à sua témpera. Sua rejeição a qualquer forma de teleologia retrospectiva como um pecado sem remissão é um aspecto de curiosidade que atravessa parte considerável de suas reflexões teórico-metodológicas. Charles Seignobos, por exemplo, é ironizado como o “patriota retrospectivo”, por ter encontrado o sentimento nacional francês bem antes da própria França, nos velhos tempos de Vercingetorix e da resistência gaulesa a César (cf. FEBVRE 1953a). “O anacronismo, para Lucien Febvre, é ainda mais perigoso”, refere-se um comentador, “por encerrar o pensamento do historiador e de seu leitor em um jugo, em uma prisão do espírito que é inútil” (CROUZET 2011, p. 79). Para ele, as teologias retrospectivas equivalem a uma espécie de “impiedade fanática”, tão absurdas como a ação de assassinar um cadáver pela segunda vez. Mas como escrever história sem vincular-se de forma estreita e irremediável ao temido anacronismo? O historiador brasileiro Hilário Franco Junior discute o problema com propriedade, suavizando a diabolização febvriana do anacronismo, agora visto não mais como um demônio traiçoeiro, mas, inclusive, como um “fator de compreensão” dos tempos históricos diversos. “Se anacronismo é uma deformação cronológica, uma mistura de épocas, escrever história é sempre exercício de anacronia [...]” (FRANCO JUNIOR 2009, p. 13). Algo, aliás, também considerado por autores como Hans-Georg Gadamer, em sua definição do “preconceito produtivo”. Na avaliação feita pelo teórico alemão, é o preconceito carregado pelo sujeito de uma interpretação historicamente fundada o fator que lhe propicia embarcar com maior pertinência nas profundidades da estranheza, com a possibilidade de se tornar um interlocutor dotado de algum senso de empatia. Em seu modo de entender, há uma forma produtiva de preconceito, que não cega o intérprete das antigas formas de linguagem. Bem vistas as coisas, o dito preconceito somente clareia a senda do analista, favorecendo-lhe o acesso à apreensão das ideias passadas. O preconceito, quero dizer, nossa armadura de experiências, essa nossa anacronia incontornável, não encobre, antes ajuda na melhor determinação daqueles sentidos que já se puseram à margem de nosso alcance (cf. GADAMER 2001; 2003). Em síntese, ultimamente tem se demonstrado que esse antigo pecado mortal possui as suas virtudes.

A cruzada de Febvre contra o anacronismo faz-nos recordar a corrosiva pilharia dos barcos a vapor, que o também historiador-filosófico Robin George Collingwood dirigiu contra os historiadores realistas ingleses dos anos 1920-1930. No esforço de ler e interpretar realidades de passados remotos, os referidos historiadores jactavam-se de compreender os gregos antigos melhor do que eles mesmos, rindo-se de os homens daqueles tempos possuírem uma visão muito limitada de seus meios de locomoção, os referidos barcos a vapor, dos quais pouco ou nada sabiam. A acidez da pilharia de Febvre situa-se no campo de visão zarolho dos que, na intenção de retratar fielmente a morte de César, fizeram-na por meio de uma descarga de *browning*. Com efeito, a metralhadora crítica manejada pelo historiador francês deixou feridas expostas e mutilações

irreparáveis nas trincheiras inimigas. O historiador Abel Lefranc (1863-1952), ainda hoje reputado especialista em temas literários do Renascimento francês, a quem Febvre denominou “príncipe dos estudos rabelaisianos” e a quem reservou uma série de outras expressões irônicas ao longo de todo o livro sobre a descrença no século XVI. Dentre elas, as troças dos nove mil trezentos e trinta para-raios da abadia de Thélème e das mulheres que parem seus filhos pelas orelhas, Lefranc teve a má sorte de, naquele momento, ocupar a vanguarda das linhas adversárias; sua obra acerca da literatura renascentista, mormente seus ensaios sobre Rabelais, renderam a Febvre sua tese do “processo de Rabelais por ateísmo” (cf. FEBVRE 2009, p. 153-155). Os ataques de Febvre foram dirigidos a uma série de ensaios esparsos de Abel Lefranc, textos em sua maioria publicados na *Revue des Études Rabelaisianes*, incluindo ainda os “Études” introdutórios às *Oeuvres de Rabelais*. No dizer de Crouzet,

O historiador ergue-se contra o contrassenso, ele se diz indignado. Advogado, fala pela defesa da liberdade do indivíduo de outrora de poder ser o que foi, de não se ver obrigado a tornar-se um outro que não ele próprio sob o efeito do ‘erro’, da colagem sobre seu ser de um outro ser (CROUZET 2009, p. 408).

Para um novo século XVI

Sem dúvida, os comentadores da obra de Febvre nunca deixam de assinalar a tese deste sobre a impossibilidade da descrença (nem poderiam, haja vista ser este o traço mais inventivo de seu pensamento histórico) dirigida aos historiadores racionalistas. Historiadores estrábicos quanto às diferenças qualitativas dos tempos históricos, cujas limitações “racionais” não lhes permitiram perceber lacunas importantes na história da cultura francesa do século XVI. Exemplo notório apontado por Febvre: a ausência do sentido do impossível nas cosmovisões dos contemporâneos de Rabelais, ausência que lhes permitia crer em episódios extraordinários, em estórias de fantasmagorias dignas de divertirem as crianças do século XX. Exemplo excelente proposto pelo autor: se contamos hoje em dia que alguém, após perder sua cabeça numa decapitação, pôs-se a andar pela rua, com a própria cabeça segura pelas mãos, não seremos levados a sério. Mas, na época de Rabelais, as pessoas não sabiam duvidar quando diante do extraordinário e do maravilhoso. Apenas após o grande impulso da revolução cartesiana, que pôs termo às indecisões e vacilações do século XVI, alterou-se a percepção de uma credulidade irrefletida, entrando pouco a pouco em cena a noção do impossível. Ao longo do século XVI a credibilidade de um depoimento dispensava um conjunto consistente de provas. E o problema de considerar o adverso ainda não era uma coordenada a seguir, de modo que o espaço ocupado pelas “contradições” ficava vago, o que tornava fácil e natural conciliá-las em torno de eventos complexos e sem explicação. Aliás, o autor evita servir-se do termo “contradição”, para falar em termos de ambivalência. Na ausência da razão cartesiana, grassava um “belo” conjunto de falsos sistemas de explicação dos fenômenos naturais. Os contemporâneos imergiam num caos de opiniões, e de forma deliberada; julgavam mais cômodo afundar-se nesse caos, perdendo-se com prazer em suas torrentes prodigiosas. E isso sem deixar de saborear os encantos de um, por assim dizer, “panteísmo turvo”, aliás *habitat* natural para astrólogos e feiticeiros (cf. FEBVRE 1957). Nos

233

meados do século XVII, diz Febvre, Cyrano de Bergerac declarou que as pessoas não tinham de acreditar em todas as coisas que um homem dissesse. Isso porque um homem pode dizer, e frequentemente diz, as coisas mais improváveis. Por isso mesmo que, de um homem, deve-se crer somente no que é humano. A referência utilizada por Febvre é tardia e, por isso mesmo exemplificadora de sua tese, posto que Bergerac firmou-a em 1641.⁴

Mas, e quanto àquela especificidade essencial ao pensamento histórico de Lucien Febvre: a já referida célebre tese sobre o problema da descrença? Como é sabido, Febvre demonstrara em seu famoso livro sobre a incredulidade no século XVI que a cultura literária do Renascimento não dispunha de um universo linguístico suficientemente desenvolvido para propiciar aos indivíduos – incluindo entre eles as inteligências mais ilustradas no conjunto dos novos valores do humanismo –, uma capacidade que fosse suficiente para expressar, por exemplo, um agnosticismo radical. Se ainda não havia um vocabulário próprio da racionalidade específica do ateísmo, a ideia só poderia estar fora do alcance dos agentes históricos e ser, portanto, estranha à cultura humanista do século XVI: “Ateu”, exclama o autor. Tal palavra “[...] surtia efeito na metade do século XVI”. Porém, continua ele, “[...] não tinha um sentido definido. Era empregada no sentido que bem se lhe queria dar” (FEBVRE 2009, p. 131s). Nos inícios do século XX alguns críticos seguiram princípios semelhantes. Leram os documentos sobre a suposta impiedade de Rabelais de modo a só poderem fotografá-lo em poses de racionalista. Contra alguns historiadores apanhados em pleno exercício do livre direito de avaliação retrospectiva, e que tencionaram transformar Rabelais num entusiasta da descrença – ou melhor, num “crente da incredulidade”, segundo suas próprias palavras –, contando-se entre os ditos juízes retrospectivos figuras de proa como Henri Busson, Louis Thuasne e Abel Lefranc, nosso autor indagava: uma atitude intelectual de natureza “transformadora” do sentido original de antigas realidades na análise histórica não encobriria e/ou não substituiria as peculiaridades do pensamento e visões de mundo dos homens do século XVI por substâncias estranhas?

Só Deus sabe o que os críticos, sem dúvida ofuscados pelo brilho da prosa rabelaisiana, viram e puseram de coisas discordantes nesse documento. [...] Ora, Abel Lefranc incrimina, por aquilo que ele não diz, um Rabelais que se cala. E ora, por aquilo que ele diz, um Rabelais que fala (FEBVRE 2009, p. 163; 168).⁵

Depois de postar, logo no início do Livro Segundo, da Parte I, suas críticas contra as leituras deformantes dos rabelaisianos que o antecederam (Lefranc sempre à frente), o autor encontra meios de expressar o que julga constituir seus feitos e proezas heurísticas e exegéticas, ao ponto de poder “servir” um novo Rabelais. Um Rabelais mais parecido com o homem que ele deve ter sido no século XVI, bem distante das ficções caricaturais produzidas por retratistas vespós, profanadores da história. Nessas alturas de seu livro, estamos numa passagem mais intensa do riso rabelaisiano. Por meio do personagem Panúrgio,

⁴ “On ne doit pas croire toute choses d’un homme – parce qu’un homme peut dire toutes choses. On ne doit croire d’un homme que ce qui est humain” (FEBVRE 1968, p. 407).

⁵ O documento em referência é a célebre carta de Gargântua a seu filho, Pantagruel.

Rabelais ri à larga de seus contemporâneos, “[...] crédulos que engolem patranhas com avidez e creem como estúpidos nos milagres de todo gênero que lhes são contados” (FEBVRE 2009, p. 198). Ao que parece, a lição introduzida por Febvre tencionou mesmo expandir o seu alcance a personagens situados, digamos, um pouco além do século XVI. O que fazer? Arma de fogo serve principalmente para atirar e, convenhamos, o artilheiro nunca adquiriu boas noções de economia. Contudo, apesar do caso Lefranc (um caso de obsessão historiográfica?), Febvre mirava mais nos pecados do que nos pecadores. Esse é o sentido que ele atribuiu a seus “combates”: não foram gestões dirigidas nem em seu nome, nem em nome de outros, em um plano estritamente pessoal; os disparos que fez foram sempre em meio às suas destemidas cruzadas pela história.⁶ Mas, apesar de uma propensão manifesta pela impessoalidade da crítica, não deixa de ser para lá de curiosa sua relação com Abel Lefranc. Ele o tem em sua visada ao longo de cerradas quatrocentas páginas, como se caçasse um inseto incômodo, que em dada altura já se deseja abater a tijoladas, movido por um intenso impulso de irritação. Ao meu ver, utilizou mesmo força desproporcional. Contra Lefranc, atiça labaredas infernais, como um combatente que valoriza o monopólio legítimo de seu lança-chamas. Alguns dos suplícios infligidos a Lefranc não deixam de ser engenhosos, como as séries de perguntas encadeadas em diferentes capítulos, cuja estratégia retórica é claramente a de reduzir o adversário a pó, pelo efeito dissolvente da exposição ao riso. Mas são claramente excessivos tais tormentos. Anátemas de um iluminado a quem coube a missão de promover uma cruzada purificadora da cultura historiográfica de seu tempo? Seus embates com Lefranc, contrapostos às profissões de fé de seus *Combats*, permitem assinalar um sim. Na edição brasileira, as referências diretas a Lefranc cessam apenas a partir da página 287, perfazendo um total de 35 citações diretas; na edição francesa, cessam na página 305, perfazendo 37. Já as referências alusivas por meio de estratégias retóricas oblíquas são incontáveis e persistem até o final, culminando na “clamorosa loucura” da Conclusão, na sequência de acusações de falseamentos e até de cegueira. Sentença mais ou menos tácita: Abel Lefranc sacrílego e impenitente e, talvez, o maior vilão que já figurou em um livro de história; Febvre, com certeza, o maior patrulheiro historiográfico de que se tem notícia na história da historiografia francesa do século XX. E quando se pensa que o “defunto” já merecia um pouco de paz, eis que anos mais tarde surge ressuscitado por Febvre, nas notas de curso que deram origem ao livro *Honra e pátria*, para gozar da dignidade dos “críticos que nada conseguiram perceber” das realidades passadas. Lefranc é comparado a um personagem ficcional acaciano, Monsieur Proudhomme, “homem medíocre dado a banalidades enfáticas ditas em tom sentencioso” (FEBVRE 1998, p. 127).

Quando da publicação de *Le problème de l'incroyance*, nos inícios de 1942, Abel Lefranc estava prestes a entrar na casa dos 80 anos. Sua carreira acadêmica fora longa e coberta de láureas. Em 1904 tornara-se professor no Collège de France, após ter sido secretário e bibliotecário de uma instituição que, como se sabe, admite em seus quadros somente perfis vocacionados à inovação, em

235

⁶ Ver especialmente as críticas dirigidas à obra de Halphen, amigo de longuissima data (FEBVRE 1953c). Há declaração semelhante em outro texto da mesma coletânea, ao referir-se o autor a um trabalho de Seignobos. (cf. FEBVRE 1953a).

suas respectivas especialidades. Em síntese, adentram as notoriedades, mas, em alguns casos, um pouco de política pode desequilibrar o jogo. O próprio Febvre contextualiza essas intrigas de bastidores, ocorridas por ocasião das candidaturas de Michelet à cátedra de história e moral no Collège de France, em 1830 e 1838. (FEBVRE 1995, p. 41). Ao que se conta, fora esse o caso de Lefranc: na eleição de 1904, ele suplantara um adversário de maior mérito. De fato, naquele momento, Lefranc já possuía um histórico de serviços prestados à instituição fundada pelo rei Francisco I, como uma *Histoire du Collège de France*, de 1893. De todo modo, nos anos 1930-1940 a reputação de Lefranc estava bem consolidada no campo da história literária. E sabemos que, já sexagenário, Febvre ainda competia por prestígio. Nessas alturas, Lefranc ainda era um alvo de relevo pois representava os quadros da velha ordem. É bom recordar que em 1926 Febvre havia amargado derrota em certame na Sorbonne, para um adversário de menor porte (cf. NOIRIEL 2005, p. 330). Julgaram-no um pouco desajustado, do ponto de vista de suas concepções intelectuais. Ao que se diz, a rejeição fora também motivada por sua febril dedicação em criticar o ultraconservador sistema universitário francês (cf. MULLER 2003). Em suas cóleras virtuosas represadas anos a fio, e mesmo que se considere os fuzilamentos sucessivos de Lefranc em *O problema da incredulidade*, não se pode dizer que a fixação de Febvre era típica de um arrombador de portas abertas. Faltava sagrar suas cruzadas fundadoras de uma nova história com um texto explosivo, digo, revelador, ponto culminante de suas concepções de reformador do espaço historiográfico.

236 A referência que segue acerca dos efeitos de renovação lançados por seu *Rabelais* é um pouco extensa, mas vale pela reveladora autocompreensão de seu próprio trabalho:

Assim, recolhemos sobre Rabelais, sobre seus sentimentos tais como os interpretavam seus contemporâneos, os testemunhos de todos aqueles – humanistas, controversistas, ou polemistas – que nos falarão dele, bem ou mal. Esses testemunhos, nós os passamos pelo crivo de uma crítica tão cerrada quanto possível. No caminho, pudemos assinalar erros de interpretação ou de atribuição no trabalho de nossos antecessores – alguns graves e de tal importância que, do sistema por eles engendrado, na realidade não resta muita coisa de pé (FEBVRE 2009, p. 147).

Isso para indagar se atitudes transformadoras não atribuiriam às moralidades do Antigo Regime formas distintas de racionalidade, muito provavelmente discrepantes das originais. As transposições de valores no tempo não seriam reveladoras de um problema histórico mal formulado, expondo de modo flagrante e até um pouco ridículo a incapacidade do historiador em reconstituir o seu objeto de análise, nos termos que lhe eram próprios? Enfim, aplicar em Rabelais e em seus contemporâneos as mesmas tintas que coloriram Voltaire e o racionalismo do século XVIII, atribuindo ao autor de *Gargântua e Pantagruel* a ousada empresa de promover a destruição da experiência religiosa cristã. Dificuldade aumentada especialmente no interior de uma cultura em que se respirava cristianismo, como se se tratasse do próprio ar circulante ao redor de toda uma Cristandade que se afundava em guerras religiosas pela afirmação do verdadeiro Cristo. Não seria atitude por demais modernizadora

de personagens ainda muito arcaicos para prestar-se a tal papel? "Então: não somos teólogos", diz o autor. Mas "[...] os homens do século XVI eram. Mesmo quando não haviam passado anos em um convento, como Rabelais: Rabelais que, inteligente como era e ardente no trabalho, deve ter sido submetido por seus superiores a intensos estudos de teologia" (FEBVRE 2009, p. 182). No século XX ser cristão no mundo cristão tornou-se uma escolha. Mas no século XVI não havia essa possibilidade posto que todos estavam imersos num banho de cristianismo (cf. FEBVRE 1968, p. 308).

A liturgia diária se encarregava de reger com mãos de ferro a experiência de cada um, ditando as regras de como proceder adequadamente em meio à imensa cadeia de cerimônias (cf. FEBVRE 1968, p. 308). Todos os aspectos da vida privada e pública não escapavam desse ordenamento de caserna, aliás muito revelador das conexões entre linguagem e sistemas de crenças. Segundo Peter Burke, a originalidade e a relevância da leitura de Lucien Febvre encontram-se no fato de que o ateísmo seria uma espécie de fenômeno espetacular naquele tempo, algo extemporâneo no século XVI, entre vários motivos, devido à precariedade de conceitos abstratos na língua francesa que pudessem dar sentido a tal visão de mundo (cf. BURKE s.d., p. 15; BURKE 1992). Em *O problema da incredulidade*, o autor definiu um novo modo de abordar os sistemas de crenças dos antepassados. Especial atenção foi dirigida ao perigo de interpretar os modos de sentir e de agir dos homens do século XVI pelo emprego de conceitos próprios ao século XX. Nessa obra, ele replica de modo enfático a necessidade de reler os textos antigos sem mais o auxílio de lentes impróprias: as lentes que são as de hoje. Não, escreveu, os textos de Rabelais e de seus contemporâneos precisam ser relidos com olhos de antigamente.⁷ Em análise na qual cobre de sarcasmos a *Histoire sincère da la nation française*, que Charles Seignobos publicou em 1932, Febvre promove algumas de suas mais contundentes investidas contra livros. Dessa feita, ele clama por um pouco de sentido histórico nas análises levadas a cabo pelo antigo professor da Sorbonne. Depois de reunir uma seleção de platitudes proferidas por Seignobos, confessa risonhamente abrir mão da "sinceridade" oferecida, para reclamar por parte de quem pretendia educar a juventude francesa o esforço de entrar por debaixo da pele dos homens do passado (cf. FEBVRE 1953a). Anos mais tarde, em curso proferido no Collège de France acerca de Michelet e a criação do conceito de Renascença, Febvre explicitava algumas de suas exigências teóricas. Ainda que a crítica não tenha sido dirigida a Seignobos, situa bem as suas divergências em relação às visadas dele. Nessa quadra, Lucien Febvre passa a requerer uma "História que pede para nos ser explicada historicamente [...], que nos transporta para um mundo abolido e nos dá, no mais alto ponto, a *sensação de passado*" (FEBVRE 1995, p. 51, grifos do autor).

Identidades recompostas

Com seu livro *Le problème de l'incroyance au XVIème siècle* – obra que, no plano teórico, poderíamos definir, hoje, como representante do gênero história social das ideias –, Febvre chegava à compreensão de um sistema de paradigmas,

⁷ "Car enfin, pour en revenir à Rabelais, il faudrait relire les textes en ôtant nos lunettes modernes, nos lunettes d'aujourd'hui. Les relire avec des yeux d'autrefois" (FEBVRE 1968, p. 263).

o da cultura letrada do século XVI na qual indivíduos e grupos sociais agiam e reagiam segundo convenções dadas ou determinadas por antigas tradições. Febvre percebeu algumas singularidades nos textos do século XVI e indicou, por meio de suas análises, que a penetração do historiador no bloqueio cultural de séculos de história só poderia ser empreendida pela compreensão das diferenças conceituais existentes entre o sujeito da pesquisa e seu objeto. "No fim das contas", diz um comentador da obra do grande historiador, "ao trabalhar sobre Rabelais, Lucien Febvre talvez tenha escrito menos um trabalho de história que um discurso do método possível em relação ao passado" (CROUZET 2011, p. 74).⁸ As passagens de Crouzet e de Kirsop poderiam soar como interpretações originais, não fosse o próprio Febvre ter admitido bem antes que seu livro era a investigação de um método, um exame crítico de uma série de problemas, que lhe custou o suor de uma década de investigação ("un effort de dix ans"), e isso desde os anos de Estrasburgo.⁹ Segundo a perspectiva de análise que adotou, tornava-se necessário descobrir as vias que permitissem compreender as diversidades culturais de tempos históricos tão afastados entre si: o do historiador e suas circunstâncias, e o do universo dos textos em foco. Como compreender Rabelais e os autores que viveram em sua época e transitaram pelos gêneros literários daquele tempo? Aí estava um obstáculo considerável a ser transposto pela pesquisa histórica. Uma obra de um século já apresenta sérias dificuldades de compreensão, porque a língua é uma realidade viva e dinâmica, sujeita a perturbadoras transformações semânticas. O que dizer então de textos que descem no leito largo de cinco séculos de história, tempo muito mais do que suficiente para promover alterações substanciais de sentido, no plano de uma linguagem aparentemente unívoca? "Constatação grave: as palavras que se ofereciam a esses homens quando raciocinavam em francês sobre as ciências, ou quando raciocinavam pura e simplesmente", escreveu Febvre acerca dos limites impostos à científicidade no século XVI,

não eram palavras feitas para o raciocínio, para a explicação e a demonstração. Palavras eruditias. Eram aquelas palavras da língua de todos, da língua corrente e viva. Palavras acordeão, se assim se pode dizer – cuja significação estendia-se, restringia-se, modificava-se e evoluía com uma liberdade que deixam de conhecer as palavras científicas. Estas têm uma imobilidade de postes de sinalização (FEBVRE 2009, p. 310).

Acerca das "barreiras e barragens" enfrentadas pelo autor no processo de composição de *O problema da incredulidade*, as reflexões críticas do filósofo Paul Ricoeur são capitais. Em *Histoire et vérité*, livro de 1955, Ricoeur afirmava que

⁸ Efeitos semelhantes foram notados por Wallace Kirsop em relação ao *Rabelais* de Febvre: "To provoke thought and to stimulate new research, these were ambitions that were certainly realized in this most notorious of all his books" (KIRSOP 2010, p. 230).

⁹ "Il a été pour moi un compagnon depuis le jour lointain où, à Strasbourg, devant Henri Pirenne, je prenais corps à corps, pour la première fois, l'éloquente théorie d'Abel Lefranc jusqu'à ce jour où, cédant aux sollicitations d'Henri Berr, je me décide à le publier tel quel, comme un acte de foi dans les destins du libre esprit, comme une affirmation de cette volonté de comprendre et de 'faire comprendre' par quoi j'aime définir la fonction de l'histoire, la tâche féconde de l'historien" (FEBVRE 1968, p. 19).

a história tem por uma de suas atribuições “rebatizar” aquilo que não mais existe ou que existe no presente de modo diferente do que foi no passado (cf. RICOEUR 1968). A história deve “dar” nome a instituições e a fenômenos diversos que já se extinguiram ou que, se ainda persistem no tempo presente do intérprete de um texto, passaram por alterações profundas em sua natureza original. Isso é o que Ricoeur denomina “a dialética do *mesmo* e do *outro*”, e que acaba gerando sérios problemas de determinação de sentido, porque as palavras têm o seu significado primitivo modificado com o tempo uma vez que, frequentemente, passam a expressar novas ideias que ainda não encontraram terminologia própria. Lucien Febvre comparara a vida dinâmica das palavras à relação do alfaiate com seus clientes: um hipotético traje feito à prova das ações desagregadoras do tempo precisaria ser reajustado algumas vezes ao corpo de seu proprietário. Com essa imagem ele “observa” as várias fases de um corpo em perpétua transformação, o que requer intervenções reparadoras na vestimenta, esta sempre incorruptível. Como sob a pena de Febvre quase tudo é metaforizável, o autor tencionou demonstrar que a linguagem e seus falantes, de algum modo, sempre se adaptam um ao outro, mediante certos estímulos, ainda que com atrasos.¹⁰ Dessa forma, o problema linguístico será uma espécie de eterna batalha a ser travada pelo historiador, em sua busca pela compreensão dos diferentes tempos da história, das diferentes formas de racionalidade, etc. “Porque se este rio, a linguagem”, metaforiza novamente, “não cessa de erodir suas margens e de carregar para o fundo de seu leito os mais diversos aluviões, como pretender fixá-lo?” (FEBVRE 1998, p. 28).

Como também argumenta o historiador neozelandês John Pocock, o historiador das ideias passadas lê e interpreta segundo os fundamentos de uma linguagem antiga, mas a tradução que faz de tal leitura e a interpretação que daí se origina devem ser necessariamente expressas em sua própria linguagem. “Ele está envolvido”, escreve Pocock,

em uma espécie de diálogo, segundo a famosa fórmula de Collingwood: aprender a linguagem de outrem para poder ‘repensar seus pensamentos’. Mas a linguagem em que o historiador expressará os pensamentos de outrem, depois de repensá-los, será a sua, não a de outrem. Isso deixa espaço tanto para o distanciamento crítico quanto para o histórico (POCOCK 2003, p. 71).

Tal declaração equivale a dizer que, se existe alguma expectativa por parte do proponente de uma pesquisa em alcançar a racionalidade específica de uma cultura que pode ser vista já a considerável distância pelos retrovisores da história e explicá-la no padrão de racionalidade de seu próprio tempo, ele forçosamente terá de utilizar os critérios de compreensão disponíveis em sua própria cultura, ou seja, terá de traduzir os termos antigos em expressões de atualidade. É o que afirma de maneira similar Quentin Skinner em dois textos diferentes (cf. SKINNER 1988; 2000). Princípio semelhante é afirmado por Peter Burke:

239

¹⁰ “Ils se sont toujours accommodés, mais à retardement” (FEBVRE 1968, p. 335).

O que me interessa quando escrevo sobre história é sobretudo a tarefa de fazer mediação entre duas culturas, entre o passado e o presente, de estabelecer um diálogo entre os dois sistemas de conceitos, de traduzir de uma língua para a outra (BURKE 1994, p. 18).

Em seu *Rabelais*, Febvre afirma existir um abismo entre os modos dos homens do século XVI e os do século XX.¹¹ Com efeito, o tempo histórico impõe barreiras culturais difíceis de ser transpostas. Na dimensão da língua, o tempo histórico realiza obra de essência desassimiladora, porque as palavras possuem vida própria; ao ter o seu significado alterado pela atribuição de novos significados, elas dificultam ou mesmo impedem a compreensão do passado (cf. RICOEUR 1968, p. 30ss). Em ensaio publicado originalmente no início dos anos 1970, Paul Ricoeur alertava para os perigos e as armadilhas impostas ao historiador por certa “personalidade” da linguagem em diferentes épocas, pelo “caráter” escorregadio das palavras em seu processo de evolução contínua. De acordo com Ricoeur, há um caráter polissêmico nas palavras, o que faz com que elas possuam significações diversas, e mais ainda quando as consideramos fora de seu emprego usual, ou seja, em contextos distintos. A manipulação dos contextos por um dado sujeito coloca em questão um exercício de compreensão em meio a uma troca de mensagens entre interlocutores do passado e do presente. A troca de mensagens entre passado e presente é um jogo de pergunta e de resposta; o resultado disso é a própria interpretação. Para Ricoeur, a interpretação “[...] consiste em reconhecer qual a mensagem relativamente unívoca que o locutor construiu apoiado na base polissêmica do léxico comum” (RICOEUR 1988, p. 119).

240

Tais considerações são pertinentes, pois parecem ajudar no esclarecimento dos problemas formulados por Lucien Febvre quanto à interpretação dos textos de Rabelais e seus contemporâneos. A linguagem é uma “instituição social”, dependente e submissa a uma época, a um grupo, não depende de nenhum ator privado, seja ele Rabelais ou o próprio Cícero. Comentando *O problema da incredulidade*, Roger Chartier recomenda que o primeiro propósito do historiador seja o de reencontrar as representações antigas em suas especificidades, sem as envolver em categorias anacrônicas nem as comparar aos padrões da racionalidade dos tempos que correm (cf. CHARTIER 1989). Segundo Chartier, o historiador deve recompor identidades, oferecendo ao leitor de história uma sabedoria apropriada do passado, em seus registros específicos (*mentalités*). Se não conseguir operar nessa via complexa, falha em seus propósitos. No mesmo sentido argumenta Denis Crouzet, para quem a história é comparável tanto a uma filologia quanto a uma análise linguística. Portanto, deve contrapor-se a um temido risco, a saber,

¹¹ “[...] entre les façons de sentir, de penser, de parler des hommes du XVI^e siècle et les nôtres – il n'y a vraiment pas de commune mesure. Nous enchaînons: ils laissent flotter. Des générations, depuis le XVI^e siècle et Descartes, ont inventorié pour nous, analysé, organisé l'espace. [...] Tout ce grand travail, au XVI^e siècle, commençait à peine. Ses résultats n'avaient point encore, par voie de conséquence, engendré en nous le besoin impérieux d'une certaine logique, d'une certaine cohérence, d'une certaine unité” (FEBVRE 1968, p. 100).

[...] o da leitura e da recomposição do passado através das palavras que decerto têm sentido no presente do historiador, mas que, outrora e no discurso mesmo confiado pelos textos do passado em toda a sua diversidade, estavam aureoladas de outras conotações, de outros sentimentos, de outras representações (CROUZET 2009, p. 397s).

E prossegue Crouzet em passagem de um outro texto acerca de afirmações dos princípios exegéticos adotados e recomendados por Febvre:

Não é preciso mais crer, como tende o leitor não prevenido, que os textos do passado, por utilizarem uma linguagem que é mais ou menos a mesma do século XX, são imediatamente compreensíveis (CROUZET 2011, p. 80).

Nos anos 1940, Lucien Febvre terçava armas com os praticantes de uma história historizante, autores de paráfrases servis de documentos, fazendo incluir no trabalho de interpretação de textos de variada natureza uma abordagem empática que, segundo ele, faltava a seus adversários no campo rabelaisiano. Mas, ele foi além de denunciar o pecado mortal do historiador. No propósito de desvendar Rabelais, ou melhor, o seu pensamento de cristão vivendo já os tempos de fratura da catolicidade (a Reforma partira “o velho mundo cristão em frações hostis”), Febvre levou a cabo uma importante operação intelectual, principalmente por introduzir elementos para uma nova compreensão histórica dos textos do século XVI. Em seu livro, há exortações eloquentes quanto às exigências que um intérprete dos textos do passado deveria impor-se cautelosamente, na expectativa de alcançar uma compreensão histórica do tipo as ideias em seu tempo. Com efeito, ele brada no *Rabelais*:

[...] não se trata de ler um texto do século XVI com os olhos do século XX e de lançar gritos de assombro, declarando que esse texto é escandaloso – enquanto uma só coisa é escandalosa, o esquecimento do pequeno fato de que a mesma proposição, articulada por um homem de 1538 e depois por um homem de 1938, não produz o mesmo som. E de que todo um trabalho deve ser feito, um trabalho considerável e dos mais delicados, se se quiser devolver às palavras que cremos compreender sem mais investigações o sentido especial que tinham para aqueles mesmos que as pronunciaram há quatro séculos (FEBVRE 2009, p. 181s).

Especial preocupação com a superfície escorregadia das palavras também está espalhada por todo o seu livro-curso *Honra e pátria*. É redundante prevenir o leitor que a crítica acima visa, preferencialmente, alcançar Lefranc (1938 é a data de publicação de seu livro sobre a vida quotidiana na Renascença), por ter se espantado um pouco com certos aspectos de modernidade presentes nas concepções religiosas de François Rabelais.

Avaliações pósteras

Anos mais tarde, o livro mais famoso de Lucien Febvre também encontraria os seus “censores”. De fato, a obra foi muito criticada por historiadores e outros

especialistas que, como convém ao avanço do saber, revelaram os numerosos pontos frágeis de suas análises.¹² Alguns críticos apontaram-lhe o impressionismo, os pendores micheletianos, a imaginação por vezes excessiva. Os demais, entre outras coisas, acusaram-no de ter se debruçado apenas sobre uma elite cultural, mesmo tendo estudado autores menores, contemporâneos do gênio criador de *Gargantua et Pantagruel*. Para o linguista russo Mikhail Bakhtin, Lucien Febvre simplesmente passara por cima da cultura cômica popular da Idade Média e do Renascimento, deixando de perceber na obra de Rabelais os seus elementos folclóricos mais significativos. Suas brilhantes análises dos diferentes domínios e esferas da literatura, disse Bakhtin, não iam praticamente além da cultura oficial (cf. BAKHTIN 1987, p. 113).

Decerto que a crítica possui o seu poder de erosão sobre as reputações, no que presta excelentes serviços às ciências. Mas está fora de dúvida que Lucien Febvre é um dos mais notórios pontos de inflexão da historiografia francesa no século XX. Para Henri Berr, que acompanhou de perto (e que incentivou) o seu trabalho quando jovem, o grande mérito de Lucien Febvre é o de submeter a uma crítica implacável as ideias vagas, as leis discutíveis, as afirmações absolutas, que se têm empregado precipitadamente (cf. BERR 1955, p. VIII). Apesar das fragilidades tornadas evidentes em sua obra, após quase sessenta anos de sua morte, muitos especialistas o consideram um historiador excepcionalmente qualificado, uma inteligência realmente invulgar e diferenciada, daquelas a que se pode utilizar a conhecida máxima de Ariosto: a natureza o fez, depois quebrou a forma. Decerto que pesam sobre o grande historiador algumas avaliações reticentes quanto a seu retrato moral. Ele é muito lembrado pelas tendências centralizadoras no desenvolvimento de projetos, por um apetite voraz em açambarcar cargos e em demarcar território nas instituições pelas quais passou, atitudes típicas dos que se sentem vocacionados para exercer liderança e comando políticos. Pesa sobremaneira sobre Febvre o “episódio Marc Bloch”, durante a ocupação nazista, que muitos compreendem a seu modo e/ou não admitem como uma “estratégia de sobrevivência”, apenas para manter a salvo a integridade de um projeto de alcance restrito, quando toda a França estava em risco. Na avaliação minimizadora de Denis Crouzet,

As críticas lançadas nestes últimos anos contra Lucien Febvre por ter impelido Marc Bloch a apagar-se dos *Annales* talvez tenham tido o efeito perverso de provocar uma ocultação do autor do *O problema da incredulidade* em certas obras. É impressionante, de um lado, constatar a ausência de referência a Lucien Febvre na síntese de Pascal Ory e Jean-François Sirinelli, *Les intellectuels en France de l'affaire Dreyfus à nos jours [...]*, contra três referências a Marc Bloch. De outro lado, na obra recente de Fanny Cosandey e Robert Descimon, *L'absolutisme en France: histoire et historiographie [...]*, é curioso ler que os *Annales* reduzem-se historiograficamente a Marc Bloch, ‘o fundador da École des Annales’ (CROUZET 2009, p. 497).

¹² Sobre os estudos que sucederam a pesquisa de Febvre, e que a incorporaram criticamente, consultar o extenso catálogo de títulos, que se acumula do ano de 1960 a 2000, conforme apresentado na bibliografia rabelaisiana final (FEBVRE 2009, p. 421ss).

De todo modo, a diversidade e a densidade temáticas da obra de Febvre, somadas ao papel de inovação cumprido por seus textos de crítica historiográfica, são fundamentos que o lhe raram de uma obscuridade mais densa, haja vista que o autor andou por lapso considerável pelas trevas de relativo esquecimento. Por suas guinadas renovadoras do ofício de escrever história, ele introduziu e consolidou na historiografia francesa contemporânea o senso crítico que ficou conhecido como uma das balizas dos primeiros *Annales*. Essa contribuição de heresiarca, essa condição de profanador de túmulos já ressequidos, de destemido fundador de igreja e reformador de concepções arcaicas, para alguns suas principais marcas diferenciadoras, parecem ser mesmo de difícil contestação. Nos anos 1940 Henri Berr comparou-o a Michelet, Michelet sendo a cópia. Com efeito, para Berr, Lucien Febvre seria um Michelet em ponto maior, posto que tão intuitivo quanto o primeiro, porém mais equipado, além de dotado de senso crítico superior ao do predecessor oitocentista. Nos anos 1950, o próprio Braudel (que como se sabe já não era pouca coisa àquela altura) elevou-o à categoria de maior historiador francês de todo o século XX (faltando, é claro, o transcurso da outra metade). Entre laudas e loas – levando-se em conta a época em que foram feitas, e as circunstâncias que as motivaram –, certo é que tais declarações ficam naturalmente sujeitas a interrogações. Ainda assim, essas declarações (ou *exagérations*) parecem ser suficientes para firmar uma noção aproximada das grandezas desse fuzileiro bastante estridente das brigadas de Clio, que não pestanejava em disparar sua *browning* contra todas as formas moventes do que considerava história de baixa extração. Na quadra do processo de planejamento e construção de seu grande *Rabelais*, Febvre formara uma consciência clara de sua própria estatura intelectual, quero dizer, sabia ser legítimo enxergar-se como um reformador da história, de um reinventor inspirado. As três conferências proferidas na École Normale Supériure, em 1941, demonstra um engenheiro cônscio de entregar ao público algumas maquinações inventivas, maquinações responsáveis por remodelar a história como uma nova espécie de saber cientificamente orientado. E mais: na primeira de suas conferências, apresenta-se como o arquiteto que, mirando o já respeitável conjunto da obra bem do alto, avaliava um longo caminho ainda a percorrer, comprazendo-se em recrutar trabalhadores para auxiliar na execução de seus planos. Na mesma altura, anunciava e, ao que parece, saboreava por antecipação o grande sucesso que alcançaria o seu *Le problème de l'incroyance*.

243

Uma experiência de leitura

Passar pelo tempo sem envelhecer é um sonho utópico de todas as épocas. Atualmente, tal sonho foi substituído pela expectativa de envelhecer com saúde. Clássico dos estudos históricos, o pensamento de Febvre preservou-se em boa forma, apesar de ressentir-se um pouco da perda progressiva do conteúdo paradigmático que, no passado, nutriu os seus textos. Expressão modelar da historiografia francesa nos anos em que comandou a sua grande caixa de ressonância intitulada *Annales*, em três fases distintas, nos dias que correm o seu pensamento histórico parece reviver. Ora, possuir o dom de ressuscitar não será porventura uma das propriedades distintivas de um clássico? A capacidade de renascer de tempos em tempos, na sequência de imersões involuntárias no esquecimento, “porque ainda não terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” – segundo a expressão consagrada por Italo Calvino –, não compõe um

dos fundamentos da arquitetura de um clássico? (cf. CALVINO 1997). Assim como na França, também no Brasil a obra de Febvre tem ressurgido. De alguns anos para cá, há uma demanda por Febvre, e nosso mercado editorial “farejou” essa movimentação.¹³ O lançamento de seu *Rabelais* entre nós, em data assaz recente, apenas sublinha a evidência de que ao autor vem sendo reconhecido algo de sua vitalidade original em parte reencontrada. Sendo assim, para além da consagrada tópica “trago novidades”, o clássico de Febvre demonstra outro ângulo de sua face multiforme. A simples título de um depoimento pessoal, ler o *Rabelais* de Febvre em 1992, numa rústica edição portuguesa, sob o estresse de uma dissertação de mestrado, foi uma experiência tensa e um tanto confusa (cf. FEBVRE s.d.). Com efeito, a linguagem é para além de robusta, caudalosa mesmo, e as sutilezas retóricas e o volume de notas são fatores de atordoamento. Ler a obra vinte anos depois, no texto original (um livro completando seus setenta anos em 2012!), em paralelo com a sua bem cuidada edição brasileira – numa quadra de vida inteiramente livre das tensões de inarredáveis compromissos acadêmicos – foi uma deambulação prazerosa pela cultura literária da França quinhentista. Por extensão, foi um passeio instrutivo pela história das emoções e dos sentimentos dos homens do Renascimento e Reforma. Analisando os fatores que deram forma ao pensamento histórico de Michelet, em um curso de 1942, no Collège de France, Febvre refletia acerca dos sinais de senilidade de um livro, e o quanto um autor pode parecer cômico e absurdo decorridos cem anos de seus escritos (cf. FEBVRE 1995). Daqui a trinta anos não se pode prever ao certo o resultado de uma nova experiência de leitura de sua obra *O problema da incredulidade*. Mas, no contexto das prováveis comemorações em torno de seu centenário, me parece que este livro pouco ou nada perderá de sua impressionante loquacidade.

244

Referências bibliográficas

- AVELAR, Alexandre; LOPES, Marcos Antônio. Lucien Febvre (1878-1956). In: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. (orgs.). **A constituição da história como ciência**: de Ranke a Braudel. Petrópolis: Vozes, 2013. (No prelo).
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BERR, Henri. Prefácio: psicologia coletiva e razão individual. In: FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. Prólogo: acción del medio y explotación de la tierra. In: FEBVRE, Lucien. **La tierra y la evolución humana**: introducción geográfica a la História. México: Uteha, 1955.

¹³ Além da publicação de *O problema da incredulidade no século XVI*, as edições brasileiras que conheço dos livros da autoria de Lucien Febvre, ou com a sua participação honorífica, caso específico da obra de Henry-Jean Martin, são: FEBVRE; MARTIN 1992; FEBVRE 1995, textos de curso; FEBVRE 1998, obra inacabada e derivada de curso; FEBVRE 2000, obra editada a partir do original concebido e escrito nos inícios dos anos 1930 com a parceria do geógrafo Albert Demangeon, cujos capítulos foram descartados; e FEBVRE 2004.

BRIGGS, Asa. Febvre, Lucien. In: _____ (org.). **The Longman Encyclopedia**. Londres: Penguin Books, 1990.

BURKE, Peter. Apresentação a Luís XIV. In: _____ **A fabricação do rei**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

_____. **Sociologia e história**. Porto: Afrontamento, s.d.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**? São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHARMASSON, Thérèse. O manuscrito reencontrado. In: FEBVRE, Lucien. **Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. ; MAZON, Brigitte. Introdução. In: FEBVRE, Lucien. **Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1989.

CROUZET, Denis. Lucien Febvre. In: SALES, Véronique (org.). **Os historiadores**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. Posfácio – Rabelais e seu duplo: o historiador em sinergia. In: FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FEBVRE, Lucien. **La Franche-Comté**. Paris: Léopold Cerf, 1905.

_____. Ni histoire à thèse, ni histoire-manuel. Entre Benda et Seignobos. In: _____. **Combats pour l'histoire**. Paris: Armand Colin, 1953a.

_____. Souvenirs d'une grande histoire: Marc Bloch et Strasbourg. In: _____. **Combats pour l'histoire**. Paris: Armand Colin, 1953b.

_____. Sur une forme d'histoire qui n'est pas la nôtre. In: _____. **Combats pour l'histoire**. Paris: Armand Colin, 1953c.

_____. Le tricentenaire de la mort de Descartes: un homme libre. In: _____. **Au cœur religieux du XVIe siècle**. Paris: SEVPEN, 1957.

_____. **Le problème de l'incroyance au XVIème siècle**: la religion de Rabelais. Paris: Albin Michel, 1968.

_____. **Michelet et la Renaissance**. Paris: Flammarion, 1992.

_____. **Michelet e a Renascença**. São Paulo: Scritta, 1995.

_____. **Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **L'Europe**: genèse d'une civilisation. Paris: Perrin, 1999.

_____. **O Reno**: história, mitos e realidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

245

- _____. **A Europa**: gênese de uma civilização. Bauru: Edusc, 2004.
- _____. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. **O problema da descrença no século XVI**: a religião de Rabelais. Lisboa: Editorial Início, s.d.
- _____; MARTIN, Henry-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. Apresentação. In: FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- _____. **Verdade e método**. Vol. 02. Petrópolis: Vozes, 2003.
- KIRSOP, Wallace. Lucien Febvre (1878-1956). In: DAILEADER, Philip; WHALEN, Philip. (orgs.). **New historical writing in twentieth-century France**: French historians (1900-2000). Chichester: Blackwell Publishing, 2010.
- LEFRANC, Abel. **A vida quotidiana no tempo do Renascimento**. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.
- _____. **La vie quotidienne au temps de la Renaissance**. Paris: Hachette, 1938.
- 246** MORAZÉ, Charles. Prefácio. In: FEBVRE, Lucien. **Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MULLER, Bertrand. **Lucien Febvre, lecteur et critique**. Paris: Albin Michel, 2003.
- NOIRIEL, Gérard. **Sur la crise de l'histoire**. Paris: Gallimard, 2005.
- POCOCK, John. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: _____. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.
- REVEL, Jacques. Mentalidades. In: BURGUIÈRE, André. **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- _____. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- ROBERT, Paul. Febvre, Lucien. In: **Le petit Robert des noms propres**. Paris: Dictionnaires Robert, 1997.
- SKINNER, Quentin. Entrevista. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. (org.). **As muitas faces da história**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- _____. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James. **Meaning and context**: Quentin Skinner and his critics. Cambridge: Polity Press/Basil Blackwell, 1988.